

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

ENTRE A CRÍTICA AO CÂNONE E A CONSTRUÇÃO DE NOVOS CLÁSSICOS: A CANONIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA DE W.E.B. DUBOIS NA TEORIA SOCIAL

Mariane Saraiva

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17859>

Submetido em: 2026-09-01

Postado em: 2026-09-03 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ENTRE A CRÍTICA AO CÂNONE E A CONSTRUÇÃO DE NOVOS CLÁSSICOS: A CANONIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA DE W.E.B. DU BOIS NA TEORIA SOCIAL

Mariane Joyce Ferreira Saraiva

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-3822-8369>

mariane.joyce08@hotmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN, Brasil

RESUMO: O cânone da teoria social tem sido crescentemente problematizado quanto aos critérios que consagraram determinados autores como clássicos e silenciaram outros, em processos atravessados por hierarquias de produção do conhecimento. O artigo tem como objetivo analisar o processo contemporâneo de canonização de W.E.B. Du Bois na teoria social, situando-o na tensão entre a crítica ao cânone estabelecido e a construção de novos clássicos, em diálogo com a recepção brasileira. Metodologicamente, o estudo parte de revisão bibliográfica e análise teórico-conceitual de literatura sociológica e historiográfica recente sobre a formação do cânone e sobre a redescoberta de Du Bois, articulando debates internacionais e nacionais. Os resultados indicam que a canonização de Du Bois resulta de um movimento simultaneamente intelectual e institucional, marcado por disputas interpretativas e processos de legitimação acadêmica. Conclui-se que a incorporação de Du Bois ao cânone exige novas reformulações e diálogos com os clássicos que estruturam a teoria social.

Palavras-chave: teoria social, W.E.B. Du Bois, canonização, clássicos, sociologia brasileira.

BETWEEN CANON CRITIQUE AND THE CONSTRUCTION OF NEW CLASSICS: THE CONTEMPORARY CANONIZATION OF W.E.B. DU BOIS IN SOCIAL THEORY

ABSTRACT: The canon of social theory has been increasingly problematized regarding the criteria that consecrated certain authors as classics while silencing others, in processes crosscut by hierarchies of knowledge production. This article aims to analyze the contemporary process of canonization of W.E.B. Du Bois within social theory, situating it within the tension between the critique of the established canon and the construction of new classics, in dialogue with Brazilian reception. Methodologically, the study is based on a bibliographic review and a theoretical-conceptual analysis of recent sociological and historiographical literature on canon formation and on the rediscovery of Du Bois, articulating international and national debates. The results indicate that Du Bois's canonization results from a movement that is simultaneously intellectual and institutional, marked by interpretive disputes and processes of academic legitimation. It is concluded that incorporating Du Bois into the canon requires new reformulations and dialogues with the classics that structure social theory.

Keywords: social theory, W.E.B. Du Bois, canonization, classics, Brazilian sociology.

INTRODUÇÃO

A sociologia e as ciências sociais, de modo mais amplo, têm sido atravessadas por um movimento de reavaliação de seus fundamentos históricos e de seus critérios de consagração intelectual. Esse movimento coloca em xeque os próprios mecanismos pelos quais determinados autores foram elevados à condição de clássico e outros permaneceram à margem na narrativa oficial

da disciplina. Nesse cenário, a trajetória de William Edward Burghardt Du Bois ocupa lugar de destaque. Fundador de uma sociologia empírica pioneira, autor de uma obra vasta, Du Bois foi durante décadas relegado a uma posição secundária na história oficial da sociologia estadunidense, ofuscado por uma narrativa que consagrou a Escola de Chicago como berço exclusivo da disciplina.

Do ponto de vista epistemológico, autores como Jeffrey Alexander (1999) sustentam que os clássicos permanecem relevantes, pois continuam oferecendo esquemas conceituais reatíveis diante de novos contextos, o que abre espaço teórico para a incorporação de novas referências sem que isso implique o abandono da tradição. Do ponto de vista histórico-sociológico, as produções no campo dessa temática evidenciam que a formação do cânone sociológico esteve associada a processos concretos de institucionalização, marcados por hierarquias raciais, de gênero e geopolíticas, e que boa parte do pensamento social produzido fora desse eixo hegemônico não foi incorporada à disciplina institucionalizada.

No caso específico de Du Bois, a publicação de *The Scholar Denied* (2015), de Aldon Morris, funcionou como catalisador de um movimento mais amplo de resgate mais recente. A expressão que caracteriza o autor como um erudito negado já circulava antes da obra de Morris, mas foi por meio dela que a crítica ganhou desdobramentos institucionais concretos. Ainda que um conjunto de estudos tenha avançado na reconstrução histórica da marginalização de Du Bois e na descrição dos esforços recentes de sua incorporação ao cânone, permanece sendo um movimento recente que busca explorar os mecanismos concretos e as tensões constitutivas desse próprio processo de canonização enquanto fenômeno em curso.

Diante desse quadro, o presente artigo tem como objetivo analisar o processo contemporâneo de canonização de W.E.B. Du Bois na teoria social, situando-o na tensão mais ampla entre a crítica ao cânone estabelecido e a construção de novos clássicos. Para tanto, o texto articula a discussão epistemológica sobre os critérios de consagração disciplinar às condições históricas de institucionalização da sociologia, buscando compreender de que maneira agentes, instituições e obras específicas têm reposicionado Du Bois como referência central da teoria social, ao mesmo tempo que examina as ambivalências desse movimento tanto no cenário internacional quanto em sua recepção, em particular no Brasil.

1. ENTRE TRADIÇÃO E CRÍTICA: A RECONSTRUÇÃO CONTEMPORÂNEA DO CÂNONE DA TEORIA SOCIAL

O debate contemporâneo sobre o cânone da teoria social expressa uma tensão profunda acerca dos fundamentos epistemológicos da disciplina, dos critérios da universalidade que estruturam sua história e das formas pelas quais a autoridade intelectual foi institucionalmente distribuída. Discutir a reconstrução do cânone implica, portanto, enfrentar simultaneamente três dimensões interligadas: a definição do que é teoria social, os processos históricos de sua institucionalização e os mecanismos normativos que consagraram determinados autores como clássicos.

A própria noção de teoria social nunca foi consensual. Como lembram Anthony Giddens e Jonathan Turner (1999, p. 07), a teoria social não pertence exclusivamente à sociologia, pois atravessa os estudos da vida social e dos produtos culturais da atividade humana. Essa definição já indica que estamos diante de um campo marcado por pluralidade disciplinar e por disputas quanto ao seu escopo. A tentativa, presente da gênese das ciências sociais, de aproximar-se das ciências naturais por meio da generalização empírica e da busca por leis sistemáticas foi progressivamente tensionada por transformações internas ao próprio modelo científico. Quando se abandona a ideia de observação isenta de teoria e se reconhece que sistemas dedutivos fechados não constituem o ideal supremo da

explicação científica (Giddens; Turner, 1999, p. 09), abre-se espaço para compreender a teoria social como empreendimento reflexivo, situado e permanentemente revisável.

Hans Joas e Wolfgang Knöbl (2017, p. 16-19) mostram que, desde o século XIX, a sociologia nunca operou sob consenso quanto a seus conceitos fundamentais, e que o próprio significado de teoria foi objeto de disputas, ora associado à elaboração sistemática de hipóteses generalizantes, ora separado do trabalho empírico, ora concebido como independente de compromissos morais. No entanto, ao que se refere à neutralidade axiológica, os autores defendem que “as pesquisas sociais científicas certamente possuem consequências. Em virtude disso, essa disciplina não pode permanecer indiferente em relação a seus achados” (Joas; Knöbl, 2017, p. 16).

Entende-se a teoria como uma forma de generalização, a partir da criação de hipóteses. Dessa forma, a teoria é essencial e inevitável na vida cotidiana e na produção da ciência, pois “é nossa única forma de abordar a ‘realidade’” (Joas; Knöbl, 2017, p. 19). Não estamos falando de uma generalização do senso comum, mas de uma generalização científica feita por meio do critério de falseabilidade desenvolvido pelo filósofo Karl Popper. A insistência na falseabilidade popperiana como critério de cientificidade (Joas; Knöbl, 2017, p. 22) revela uma tentativa de estabilizar fronteiras entre ciência e não-ciência, mas também é uma evidência de que essas fronteiras são construções normativas.

O critério de falsificação agora nos permite testar e verificar, de fato, os assim chamado enunciados universais [...], porque uma única observação [...] pode fazer com que essa afirmação colapse. Para Popper, o critério da falseabilidade é o único realmente produtivo e é padrão de medida mais eficaz para permitir uma diferenciação entre os enunciados científicos e os demais tipos de enunciados. (Joas; Knöbl, 2017, p. 22).

Nesse contexto, a defesa da centralidade dos clássicos formulada por Jeffrey Alexander precisa ser lida como uma resposta à fragmentação do campo, quando, ao definir o clássico como “o resultado do primeiro esforço da exploração humana que goza de status privilegiado em face da exploração contemporânea no mesmo campo” (Alexander, 1999, p. 24), o autor reconhece que a condição de clássico não decorre apenas de anterioridade histórica, mas de um estatuto conferido. Sua proposta de leitura dupla, histórica e sistemática, procura preservar a tradição sem transformá-la em dogma. A dimensão histórica busca compreender os clássicos em seu próprio tempo, em diálogo com as condições sociais, culturais e intelectuais que os produziram. Já a leitura sistemática visa reatualizá-los, aplicando seus conceitos e problemas a fenômenos contemporâneos.

Para Alexander (1999), os clássicos devem ser incorporados como fontes que serão empregadas como novos pontos de partida na contemporaneidade e demonstra a relevância do acúmulo de conhecimento para o subsídio de novas formulações. Nas ciências sociais, o resgate de textos clássicos deve ser realizado não como documentos históricos, pois “a história sociológica [...] enfoca o ambiente das teorias científicas e não a natureza das próprias idéias” (Alexander, 1999, p. 30).

Alexander (1999) dedica-se a apresentar uma reflexão sobre o papel dos clássicos na formação e na renovação de teoria social contemporânea. O autor parte da constatação de que as grandes obras fundadoras da sociologia, como as de Marx, Durkheim, Weber e outros autores centrais do pensamento moderno, continuam exercendo influência decisiva sobre o modo como os cientistas sociais pensam e formulam problemas. Entretanto, ele se opõe tanto à tendência de sacralizar esses autores quanto à de descartá-los sob o argumento de que seriam ultrapassados. Sua principal tese é que os clássicos permanecem relevantes não por serem textos intocáveis, mas porque oferecem

esquemas conceituais e preocupações analíticas que ainda iluminam as transformações sociais atuais, desde que sejam lidos criticamente e reinterpretados à luz de novos contextos.

Ao tratar a permanência dos clássicos, sobretudo como questão epistemológica e pedagógica, Alexander (1999) pouco explora as relações de poder que moldaram a formação do próprio cânone. A reconstrução histórica da disciplina mostra que a consagração de determinados autores não foi um processo neutro. Como argumentam Hamlin, Weiss e Brito (2023, p. 28), a história “oficial” da sociologia esteve profundamente ligada ao estereótipo da genialidade masculina branca e à centralidade europeia na narrativa da modernidade. As reações para mudar essa marca eurocêntrica e androcêntrica da sociologia convergem ao que se refere no empenho de “reescrever a história da sociologia e da teoria social de forma a dar conta de um sem número de vozes apagadas e silenciadas da história ‘oficial’ contada a partir de textos cânones” (Hamlin; Weiss; Brito, 2023, p. 28).

A institucionalização da sociologia nos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial é um bom exemplo para elucidar o processo de seletividade. A consolidação da disciplina exigiu legitimação científica, afastamento de vínculos religiosos ou reformistas e adaptação às demandas políticas e econômicas do contexto nacional (Hamlin; Weiss; Brito, 2023, p. 32). O fortalecimento da Escola de Chicago e, posteriormente, a internacionalização da sociologia por meio de fundações e organismos multilaterais contribuíram para universalizar certos repertórios teóricos como se fossem neutros. A busca por uma teoria geral, ancorada em clássicos europeus reinterpretados sob a hegemonia norte-americana, produziu uma narrativa linear da disciplina que obscureceu trajetórias paralelas e experiências intelectuais transnacionais.

Vale salientar que, do ponto de vista da inserção nos sistemas universitários nacionais, diversos países das Américas e da Ásia já dispunham de departamentos ou cátedras de sociologia nesse período. O Departamento de Sociologia da Universidade Imperial de Tóquio data do início da década de 1880 (ainda que os cursos de graduação em Sociologia só tenham se estabelecido na metade do século XX) e as primeiras cátedras de sociologia na América Latina foram fundadas no Peru (1896), na Argentina, (1898) e na Bolívia (1902) (Dufoux, 2021), ou seja, bem antes que Durkheim tenha conseguido transformar a cátedra de Ciência da Educação de Paris na cátedra de Educação e Sociologia, em 1913. Nos Estados Unidos, os primeiros departamentos de sociologia foram os de Chicago (1892) e de Colúmbia (1893). (Hamlin; Weiss; Brito, 2023, p. 30).

Nesse período, sobretudo a partir do Departamento de Sociologia de Chicago, havia-se uma necessidade de consolidação da sociologia enquanto produção acadêmica, dedicando-se ao fortalecimento do teórico-metodológico e legitimação da produção do conhecimento sociológico como algo relevante. Além dessa necessidade de legitimação da disciplina enquanto produtora de ciência, a sociologia estadunidense foi atravessada por interesses industriais e financeiros do país.

Entre 1960 e 1970, começa um movimento de questionamento dessa hegemonia com a ascensão de produções pós-coloniais, feministas, ambientalistas, novas configurações das abordagens marxistas. Nesse processo de legitimação e justificativa de existência da sociologia, a partir do processo de profissionalização, institucionalização e determinação do que é cânone, muito do que foi produzido, sobretudo como pensamento social e teoria social, não foi incorporado na sociologia enquanto disciplina institucionalizada (Hamlin; Weiss; Brito, 2023, p. 38-41).

Trata-se, nesse sentido, de um mito de fundação muito recente, mas que, como vimos, começou a ser gestado na década de 1930, com a publicação de *A Estrutura da Ação Social*, de Talcott Parsons,

considerado por muitos como o “inventor” do cânone sociológico (Wallerstein, 2007; Calhoun, 2007; Connell, 1997; Giddens, 1995). (Hamlin; Weiss; Brito, 2023, p. 40-41).

A reconstrução do cânone surge como resposta à constatação de que a universalidade proclamada pela teoria social foi construída a partir de contextos específicos e hierarquizados. Bhambra, Gebrial e Nişancioğlu (2018, p. 1-2), ao discutirem a descolonização da universalidade, argumentam que a modernidade europeia não pode ser compreendida separadamente do colonialismo, do império e do racismo. Descolonizar, nesse sentido, significa recentrar categorias estruturais como colonização e império na compreensão da contemporaneidade e, ao mesmo tempo, abrir espaço para práticas políticas transformadoras.

No Brasil, o debate entre Carlos Sell e João Maia explicita os termos dessa controvérsia. Sell (2025, p. 09) identifica diferentes estratégias de recusa ou defesa dos clássicos, desde a rejeição positivista até a defesa de um cânone ampliado, e alerta para o risco de que a história seja mobilizada como critério normativo absoluto, substituindo a teoria. Para ele, a investigação histórica deve estar a serviço da elaboração teórica, evitando tanto o historicismo quanto o hipercontextualismo (Sell, 2025, p. 16). Sua proposta de organizar a sociologia em torno de problemas teóricos fundamentais visa preservar um pluralismo estruturado (Sell, 2025, p. 17).

Em primeiro lugar, o fato de que ele não dispensa a investigação histórica e, sem a absolutizar, ela é posta ao serviço da investigação teórica. No seu modelo, é a teoria que comanda a história e não o contrário: evita-se, assim, a armadilha do historicismo. Em segundo lugar, Schluchter volta a valorizar a dimensão cognitiva da história da sociologia, evitando, assim, a armadilha do hipercontextualismo. Por fim, ao organizar sua exposição em torno dos fundamentos epistemológicos subjacentes (Kant/Hegel) aos programas sociológicos, ele nos oferece critérios de escolha intrinsecamente teóricos que não se limitam a escolher autores ou correntes de pensamento a partir de critérios sociopolíticos, como marcadores sociais de diferença, representatividade simbólica ou contextos geopolíticos. (Sell, 2025, p. 16).

Maia (2025, p. 05), por sua vez, questiona a premissa de que projetos críticos tenham produzido a hegemonia que lhes é atribuída e insiste na necessidade de uma consciência histórica robusta, orientada por interesse teórico contemporâneo e pela análise das conexões transnacionais que moldaram a circulação de vocabulários sociológicos (Maia, 2025, p. 10). Ao lembrar que a própria consagração de Max Weber como símbolo da neutralidade científica envolveu processos político-normativos, ele desloca o debate para afirmar que os critérios de consagração sempre foram normativos; a diferença é que sua normatividade foi naturalizada.

O movimento contemporâneo de reconstrução do cânone emerge, assim, como processo ambivalente, em que, de um lado, busca democratizar a história da disciplina, incorporando vozes marginalizadas e reconstituindo contextos transnacionais. De outro, enfrenta o desafio de evitar que a crítica ao eurocentrismo se transforme em substituição acrítica de um repertório por outro. A tensão entre pluralização e sistematicidade atravessa todo o debate.

Se, como afirmam Joas e Knöbl (2017, p. 19), a teoria é inevitável porque constitui nossa forma de abordar a realidade, então o problema não é se devemos ter clássicos, mas como reconhecer aqueles cujas categorias efetivamente estruturam interpretações generalizantes da vida social. A reconstrução do cânone torna-se, nesse sentido, exercício de reflexividade disciplinar, ao examinar a história da sociologia como campo de disputas em que universalidade, cientificidade e autoridade foram continuamente redefinidas.

2. PROCESSO CONTEMPORÂNEO DE RESGATE E CANONIZAÇÃO DE W.E.B. DU BOIS COMO CLÁSSICO DA TEORIA SOCIAL

Nas primeiras décadas do século XXI, observa-se um movimento sistemático e crescente de reavaliação da obra de W.E.B. Du Bois no interior das Ciências Sociais, especificamente na sociologia norte-americana. Esse processo está inserido dentro do processo de disputa ativa pelo reordenamento do cânone disciplinar. Nesse contexto, Du Bois se enquadra nesse processo de inclusão enquanto autor marginalizado e na reconfiguração das narrativas sobre a própria fundação da sociologia enquanto disciplina científica.

Como citamos na introdução deste estudo, um marco decisivo desse movimento foi a publicação de *The Scholar Denied* (2015), de Aldon Morris. Conforme destaca Ali Meghji (2024, p. 04), a provocação de Morris ao caracterizar Du Bois como um “erudito negado” mobilizou cientistas sociais internacionalmente a escavar a tradição du Boisiana e a confrontar a narrativa dominante que consagra a Escola de Chicago como berço exclusivo da sociologia empírica. Ainda que esforços anteriores já apontassem para essa recuperação, antes da intervenção de Morris havia uma sensação de intermitência na presença de Du Bois na teoria sociológica.

Tudo isso serve para dizer que, antes mesmo do texto de Morris (2015), já existia uma linguagem que caracterizava Du Bois como um “intelectual negado” (*scholar denied*), assim como já havia esforços voltados a reparar essa exclusão. Ainda assim, antes do livro de Morris, havia a sensação de que Du Bois aparecia frequentemente de modo intermitente, em uma espécie de dinâmica do “agora você me vê, agora não”. (Ali Meghji, 2024, p. 04, tradução própria).

Ao se tratar da atuação relevante de Aldon Norris na estratégia de canonização, ultrapassando o plano historiográfico, Michael Burawoy (2024, p. 06) enfatiza que sua intervenção produziu efeitos institucionais concretos. Enquanto presidente da *American Sociological Association* (ASA), organizou em 2021 encontros virtuais que ampliaram significativamente a visibilidade internacional de Du Bois e coordenou a elaboração de cinquenta comentários originais sobre sua obra para o *The Oxford Handbook of W.E.B. Du Bois*. Morris mobilizou argumentos intelectuais e posições institucionais de legitimação acadêmica, demonstrando que o processo de canonização também é inseparável das infraestruturas de poder disciplinar.

Esse processo de reavaliação da relevância de Du Bois não tem se limitado à sociologia, sobretudo, considerando a vasta contribuição do autor em diversos campos. No campo da história, por exemplo, a recepção de *Reconstrução Negra* (2026 [1935]) passou por uma reavaliação significativa recente. Embora amplamente resenhado na imprensa no momento de sua primeira publicação, o livro teve impacto acadêmico limitado entre historiadores e jamais foi resenhado na *American Historical Review*, sendo o principal periódico da área nos Estados Unidos (Foner, 2013, p. 417). Apenas retrospectivamente muitos de seus argumentos tornaram-se “lugares-comuns” na historiografia contemporânea. A centralidade econômica da escravidão para o capitalismo atlântico, a ampliação do enquadramento temporal da Era da Reconstrução e denúncia da “propaganda da história”¹ eram formulações profundamente disruptivas na década de 1930 (Foner, 2013).

¹ Trata-se de uma expressão cunhada por Du Bois para criticar a cumplicidade racista da historiografia dominante sobre a Era da Reconstrução.

Entre as seções mais contundentes de *Black Reconstruction* está o capítulo final, ‘The Propaganda of History’, uma acusação devastadora e irrefutável a uma profissão histórica que sacrificara a busca pela verdade histórica no altar do racismo. De modo notável, contudo, embora Du Bois divergisse profundamente da escola de Dunning em termos de perspectiva e a superasse amplamente ao introduzir fontes negras, grande parte das evidências históricas mobilizadas no livro é extraída dos próprios estudos da escola de Dunning sobre a Reconstrução em estados individuais. Du Bois rejeita o racismo desses autores e utiliza suas conclusões para fins bastante distintos daqueles que eles pretendiam. (Foner, 2013, p. 410-411, tradução própria).

Essa defasagem entre inovação teórica e reconhecimento disciplinar é central para compreender o atual movimento de recuperação contemporâneo de Du Bois, pois esse contexto tem explicitado as condições históricas de seu silenciamento. O argumento de Morris (2015), retomado por Burawoy (2024), é precisamente que Du Bois não foi apenas esquecido; ele foi ativamente marginalizado por dinâmicas raciais e institucionais que estruturaram a consolidação da sociologia como campo científico.

Entretanto, como já enfatizamos, o processo de canonização não ocorre sem tensões; é um campo de disputas. O próprio Burawoy (2024, p. 09) alerta para o risco de uma leitura “paroquial” de Du Bois, caso sua incorporação ao cânone norte-americano não seja acompanhada por um diálogo efetivamente global. A advertência do autor é relevante porque o resgate pode produzir tanto uma abertura cosmopolita quanto uma nova forma de centralidade americanocêntrica. Assim, a “reconstrução” da sociologia a partir de Du Bois precisa de sua inserção em uma disciplina global.

Por fim, há o perigo de que Du Bois empurre a sociologia para uma armadilha paroquial. A desatenção de Du Bois ao subalterno dentro dos países subalternos pode refletir sua busca por soluções para o racismo em seu próprio país, seu conhecimento limitado de terras que não visitou, sua confiança nas lideranças dos movimentos de independência ou, talvez de forma mais convincente, sua fixação em críticas nacionalistas ao imperialismo dos Estados Unidos. Ao fazê-lo, contudo, ele trai uma visão americanocêntrica de outros países, ao aceitar a ideologia de suas classes dominantes. Sem entrar em diálogo com outros, os du-boisianos conduzirão a sociologia norte-americana por um caminho isolacionista, em vez de sua esplêndida reconstrução como parte de uma disciplina global (Burawoy 2023; Burawoy et al. 2023). (Burawoy, 2024, p. 09, tradução própria).

O que emerge desse conjunto de intervenções é um Du Bois cuja obra se mostra “canonizável” justamente por sua transversalidade disciplinar em dialogar com múltiplos subcampos, como a teoria sociológica, história, metodologia, estudos raciais, permitindo que diferentes áreas o reivindiquem como referência. Sua pluralidade é positiva em ampliar sua circulação e fortalecer sua posição como um clássico.

Burawoy (2022, p. 255) argumenta que o cânone possui um caráter relacional, ou seja, ele é constituído por diálogos entre teorias e autores e, por essa razão, a incorporação de Du Bois exige necessariamente uma releitura dos próprios termos a partir dos quais Marx, Weber e Durkheim foram estabelecidos como referências fundamentais da teoria social. A formulação elaborada pelo autor evita a preservação acrítica de uma tradição que naturaliza seus próprios mecanismos históricos de exclusão, como também se distancia de uma concepção segundo a qual a crítica ao cânone exigiria simplesmente sua dissolução ou a substituição de um conjunto de autores por outro.

Burawoy (2022, p. 262) entende que o cânone não é nem fixo e nem arbitrário. Ele constitui uma formação histórica dinâmica, continuamente submetida a transformações e redefinições de seus próprios critérios. Nesse sentido, compreendemos que sua reconstrução decorre também das novas

questões colocadas pelo mundo social e pela própria disciplina. Um cânone que deixa de oferecer recursos para interpretar problemas fundamentais da contemporaneidade tende a se tornar insuficiente e exige, consequentemente, novas articulações teóricas.

Uma teoria do conhecimento requer, primeiro, um conhecimento da teoria. É aí que começo. Minha primeira premissa é que qualquer disciplina possui pressupostos fundamentais. A economia tem seus fundamentos macro e micro; a sociologia tem seu cânone, que não é nem fixo nem arbitrário. Cada figura canônica possui uma teoria da história que antecipa ou nega a possibilidade de um futuro alternativo. Sua teoria da história também deve estar assentada sobre fundamentos morais: a sociologia é uma ciência moral. Ela possui uma concepção distintiva do social, bem como uma metodologia capaz de apreender o social, ilustrada por estudos exemplares do mundo concreto. (Burawol, 2022, p. 262, tradução própria).

Para Nasar Meer (2022), parte importante da redescoberta contemporânea de Du Bois tem sido orientada pela tentativa de reparar sua omissão do conjunto de obras canônicas das Ciências Sociais. Entretanto, uma perspectiva exclusivamente corretiva permanece limitada caso não seja acompanhada por uma dimensão generativa. A questão passa a ser compreender de que maneira a recentralização de Du Bois pode ampliar o horizonte analítico e político da própria teoria social.

A centralidade da raça, do colonialismo, do imperialismo e das formas racializadas de exploração econômica introduz questões que permaneceram marginalizadas na constituição do cânone sociológico moderno. Burawoy (2022) demonstra que o processo de formação do cânone consolidado por Talcott Parsons contribuiu para relegar raça, gênero e império a posições periféricas, ao mesmo tempo em que estabeleceu determinados problemas e tradições intelectuais como expressão universal da teoria sociológica. Ou seja, o debate também deve estar centrado nas condições sob as quais determinados objetos foram considerados centrais e outros foram convertidos em questões particulares ou especializadas.

A obra de Du Bois articula raça, trabalho, capitalismo, colonialismo e democracia em uma interpretação histórica da constituição do mundo moderno. Essa articulação transforma a própria compreensão dos processos que a teoria social clássica procurou explicar. Portanto, colocar Du Bois em diálogo com os autores canônicos significa, nesse sentido, submeter também esses autores a novas perguntas e examinar os limites de suas categorias diante de fenômenos que Du Bois colocou no centro de sua análise.

Burawoy (2022, p. 264) propõe precisamente que a relação entre Du Bois e os clássicos seja concebida “a partir de novas relações e de novas leituras de cada um de seus integrantes”. A proposta do autor impede que a canonização de Du Bois seja justificada exclusivamente pela demonstração de suas possíveis aproximações com Marx, Weber e Durkheim. A busca por antecedentes europeus capazes de legitimar o autor corre o risco de reproduzir a própria estrutura hierárquica que sua incorporação pretende questionar, fazendo sua obra uma derivação ou extensão de tradições previamente reconhecidas. Meer (2022, p. 425) chama atenção para esse problema ao criticar abordagens que procuram estabelecer as “dívidas” de Du Bois em relação aos grandes pensadores europeus, reduzindo sua originalidade intelectual à assimilação de influências já legitimadas pelo cânone.

Contudo, não devemos negar os diálogos efetivamente estabelecidos entre Du Bois e diferentes tradições da teoria social. Podemos observar, no desenvolvimento da obra do autor, diversas interlocuções e transformações teóricas. Em seus primeiros trabalhos, especialmente “O Negro da Filadélfia” (2023 [1899]) e “As Almas do Povo Negro” (2021 [1903]), encontram-se

formulações que podem ser colocadas em diálogo com problemas durkheimianos, relacionados à integração social e às formas de desigualdade: “É preciso lembrar que Du Bois escreveu sobre o que Durkheim chamaria de ‘fatos sociais’ de maneira obstinadamente apegada às evidências [...]” (Paschel, 2023, p. 12).

Burawoy (2022, p. 265) argumenta que essa proximidade de Du Bois e Durkheim não deve ser tratada como uma aplicação de categorias formuladas por Durkheim. A própria centralidade atribuída ao racismo e à experiência social negra coloca questões que exigem uma transformação dos instrumentos analíticos disponíveis. Da mesma forma, *Água Escura* (2025 [1920]) representa uma ampliação decisiva de sua perspectiva, ao deslocar para a relação entre branquitude, imperialismo, guerra e exploração mundial.

É, contudo, em “Reconstrução Negra” (2026 [1935]) que essa transformação adquire uma análise sistemática. A obra expressa a maturação de uma orientação marxista original, na qual a história da Guerra Civil e da Reconstrução é interpretada a partir das relações entre forças econômicas, conflitos políticos e lutas de classes (Burawoy, 2022, p. 267). Nessa obra, a especificidade de Du Bois está no fato de que a classe trabalhadora não aparece como uma categoria abstrata ou racialmente indiferenciada. A escravidão, o trabalho não livre e a racialização constituem dimensões fundamentais para compreender a formação e as divisões internas da classe trabalhadora e, conseqüentemente, o próprio desenvolvimento do capitalismo.

A interpretação da chamada “greve geral” dos escravizados evidencia essa inflexão, atribuindo agência histórica aos sujeitos escravizados e compreendendo sua fuga, sua recusa ao trabalho e sua participação na Guerra Civil como elementos decisivos para a derrota da Confederação e para a transformação da ordem social, Du Bois (2026) desloca a população negra de uma posição passiva na narrativa histórica para o centro do processo de transformação. A classe trabalhadora, nessa formulação, não pode ser compreendida sem considerar as relações históricas entre trabalho livre e não livre, entre exploração econômica e hierarquias raciais e entre diferentes frações de trabalhadores posicionadas de maneira desigual na estrutura social.

Se, em escala global, assiste-se nas últimas décadas a um processo de consolidação do chamado “momento du boisiano”, no Brasil esse movimento assume contornos próprios, marcados por uma recepção tardia, intermitente e profundamente atravessada pelas dinâmicas históricas do pensamento social brasileiro. O resgate de W.E.B. Du Bois no país pode ser compreendida a partir de um processo vinculado à reconfiguração do debate racial, às disputas curriculares nas Ciências Sociais e à ampliação das traduções de autoras e autores negros.

Matheus Gato², em “W.E.B. Du Bois: Made in Brazil” (2024) observa que, nas primeiras décadas do século XXI, as Ciências Sociais passaram a reconhecer Du Bois como autor clássico e fundador da sociologia enquanto disciplina, destacando sua contribuição pioneira para os estudos empíricos e, sobretudo, para a interpretação da raça na sua constituição do mundo moderno (Gato, 2024, p. 518). No entanto, esse reconhecimento global contrasta com o caráter secundário de sua presença nos cursos brasileiros de Ciências Sociais. Segundo o autor, três fatores ajudam a explicar essa recepção tímida, o pouco interesse histórico do mercado editorial brasileiro na tradução de autoras

² O sociólogo Matheus Gato de Jesus, professor do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e pesquisador do Núcleo Afro-CEBRAP, tem desempenhado papel central na coordenação e na organização editorial de traduções de textos fundamentais de William Edward Burghardt Du Bois para o português.

e autores negros; a hegemonia de correntes eurocêntricas nos currículos; e a invisibilização da chamada Escola de Atlanta como núcleo fundador da sociologia empírica (Gato, 2024, p. 519).

Essa análise é aprofundada por Gato em “Redescobrir W.E.B. Du Bois” (2025), em que ele identifica um conjunto de esforços recentes voltados à ampliação da circulação do pensamento du boisiano no Brasil, com destaque para pesquisas desenvolvidas na UNB, UFRJ, UFSCar e Unicamp, bem como para o movimento de tradução de suas obras (Gato, 2025). A publicação de novas edições de *As Almas do Povo Negro* (1999; 2021), as traduções de *O Negro da Filadélfia* (2023), *A Igreja Negra* (2024), *Água Escura: vozes de dentro do véu* (2025) e as mais recentes traduções de *Reconstrução Negra* (2026) e *Penumbra da Aurora* (2026), além das iniciativas do Projeto Du Bois no Núcleo Afro-Cebrap, indicam que o resgate envolve a construção material de um campo de estudos.

O caráter tardio dessa recepção torna-se ainda mais evidente quando contrastado com a circulação de outras referências norte-americanas no Brasil. Gato (2025) observa que, enquanto Du Bois enfrentava boicotes institucionais nos Estados Unidos por questionar a cientificidade das teses racistas e por confrontar estruturas acadêmicas consolidadas, correntes como a tradição das “relações raciais” associadas à Escola de Chicago encontravam maior capilaridade no Brasil. A recepção favorável de figuras como Booker T. Washington³ contrasta com a ausência de interlocução sistemática com a obra du-boisiana, marcada por uma crítica frontal ao capitalismo racial e à ordem segregacionista (Gato, 2025).

Ao mesmo tempo, a atual redescoberta de Du Bois no Brasil se articula ao que José Itzigsohn (2024, p. 03) denomina de consolidação da sociologia du boisiana no cenário internacional, marcada pela institucionalização de prêmios, pela publicação de manuais e pelo crescimento exponencial de pesquisas que se apoiam em seus argumentos.

No campo brasileiro, a recepção contemporânea dialoga diretamente com esse movimento global, mas ganha especificidade a partir da crescente centralidade da questão racial no debate público e acadêmico. Gato (2025) observa que Du Bois tem sido revisitado justamente porque oferece instrumentos analíticos para interpretar a formação social brasileira à luz da categoria raça. A interlocução com autoras como Angela Davis e Ruth Wilson Gilmore também contribui para essa reativação, pois ambas reconhecem em Du Bois um precursor da crítica ao capitalismo racial e da democracia racial. Dessa forma, Du Bois é relido como clássico da sociologia e, simultaneamente, como interlocutor contemporâneo para debates sobre sistema penal, racismo estrutural e desigualdades globais.

O processo brasileiro de recepção e canonização também trata de reavaliar os próprios critérios de consagração, as hierarquias disciplinares e os silêncios históricos que moldaram o pensamento social no país. A inserção recente de disciplinas dedicadas integralmente à sociologia de Du Bois, como o curso ministrado na Unicamp (Gato, 2024), simboliza essa inflexão em que Du Bois deixa de aparecer como referência periférica em debates sobre raça e passa a ser tratado como produtor de teoria social em sentido concreto.

Conforme destaca Gato (2024, p. 518), nas primeiras décadas do século XXI as ciências sociais passaram a reconhecê-lo como um dos fundadores da sociologia enquanto disciplina acadêmica. Essa reavaliação repousa sobre dois principais argumentos, de um lado, seu pioneirismo metodológico⁴ e,

³ A autobiografia de Booker T. Washington, originalmente publicada em 1901 como *Up from Slavery*, chegou ao Brasil em 1940, intitulada “Memórias de um negro”, traduzida por Graciliano Ramos.

⁴ Visível em investigações empíricas como *O Negro da Filadélfia* (2023). Nessa obra, Du Bois inspirou-se em alguns outros trabalhos, como Charles Booth em “*Life and Labour of the People of London*” (1889, 1891), e Jane Addams em “*Hull-House Maps and Papers*” (1895), porém desenvolveu seus próprios métodos, elaborando um trabalho de pesquisa bibliográfica a

de outro, sua formulação sistemática acerca da centralidade da raça na constituição do mundo moderno. Gato (2024, p. 521-522) chega a afirmar que Du Bois pode ser considerado “um dos autores responsáveis por criar a forma típica da explicação sociológica”, ao articular empiria rigorosa, interpretação histórica e elaboração conceitual.

O processo de consolidação do W.E.B. Du Bois, como clássico da teoria social, envolvendo, simultaneamente, a redefinição do que conta como teoria social e reinterpretção da própria história da disciplina, destacamos a *Reconstrução Negra* (2026) como uma obra que ocupa um lugar central para este debate, como obra historiográfica e como uma intervenção teórica estruturante.

Como mencionamos, o argumento central é que Du Bois tornou-se “canonizável” justamente por não caber em um único registro disciplinar (Meghji, 2024). Outro eixo de legitimação refere-se ao caráter antecipatório de sua teoria. Souza, Fontes e Clímaco (2025) observam que, entre 2021 e 2025, *Reconstrução Negra* registrou média de 535 citações anuais no Google Scholar, indicador de sua crescente centralidade. Para esses autores, a obra tem proporcionado renovação interpretativa nos estudos sobre branquitude e raça, reconhecendo Du Bois como pioneiro na formulação de problemas decisivos acerca da formação da branquitude e da racionalização do trabalho.

A centralidade do argumento concentra-se sobretudo na leitura de *Reconstrução Negra* (2026) como uma teoria da modernidade racializada. Quando Du Bois coloca a escravidão no centro da história do capitalismo e demonstra que raça e classe constituem dimensões entrelaçadas das relações de exploração e dominação, Du Bois antecipa debates que somente décadas depois ganhariam centralidade nas teorias do capitalismo racial. Sua análise da “cola racial” que sustenta regimes econômicos violentamente desiguais oferece um fundamento para compreender a persistência de hierarquias raciais como dispositivos de estabilização da ordem capitalista. Assim, a legitimação de Du Bois como clássico decorre também do reconhecimento que ele formulou, já em 1935, de problemas estruturantes para a teoria social contemporânea.

A partir de uma recepção marcada por silenciamento, *Reconstrução Negra* se contrapõe à narrativa dominante da escola de Dunning, em que apresentava a *Reconstrução* como período de corrupção e “africanização” do Sul, defendendo a supremacia branca como restauração da ordem. Nesse contexto, a intervenção de Du Bois representava uma ruptura epistemológica profunda, deslocando os sujeitos históricos e reinscrevendo a agência negra no centro da narrativa. O silêncio institucional diante da obra pode ser interpretado como parte do mesmo mecanismo que, segundo Gato (2025), implicou boicote sistêmico aos trabalhos de Du Bois no campo científico. A partir desse boicote no campo científico, outras referências norte-americanas se capilarizaram no Brasil, como o pensamento das “relações raciais”, da Escola de Chicago.

No Brasil, o percurso foi ainda mais tardio e fragmentado. A recepção inicial de Du Bois deu-se majoritariamente por meio de debates sobre “linha de cor”, pan-africanismo e lutas anticoloniais, deslocando o foco de suas formulações sobre raça, classe e capitalismo. A porta de entrada do autor no Brasil, especialmente por meio de *As Almas do Povo Negro* (1999; 2021), contribuiu para uma recepção parcial, centrada na noção de dupla consciência, deixando por muitos anos à margem o amadurecimento posterior de sua concepção histórica de raça. Como observa Gato (2024, p. 529-530), há um deslocamento conceitual significativo entre os textos do final do século XX e obras posteriores como *Água Escura* (2025), nas quais a questão racial passa a ser pensada em escala mundial. “A questão já não era como ser negro e norte-americano, de dupla-consciência, mas da exploração e opressão dos ‘mundos de cor’ na África, na América e na Ásia” (Gato, 2024, p. 530). A ausência de

partir da experiência etnográfica e da combinação de fatos históricos, notícias jornalísticas, leis e dados censitários (populacionais, territoriais e criminais).

traduções de obras centrais limitou por décadas o acesso a essa transformação teórica. A recepção recente, contudo, indica mudança de cenário. Além disso, a utilização de Du Bois em debates sobre políticas de cotas e democratização universitária evidencia sua reatualização no contexto brasileiro.

No que se refere especificamente à Reconstrução Negra, Souza et al. (2025) destacam que a obra apresenta paralelos significativos com o pós-abolição brasileiro, marcado por criminalização, cidadania restrita e exclusão de trabalhadores negros como sujeitos de direitos. Essa aproximação tem potencial para deslocar a interpretação da história social do trabalho no Brasil, incorporando a centralidade da raça na formação do capitalismo nacional. Ainda assim, os próprios autores reconhecem que a recepção de Du Bois no campo dos estudos sobre escravidão e pós-abolição permanece incipiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo partiu da exploração analítica de como se processa, contemporaneamente, a canonização de W.E.B. Du Bois na teoria social, situando-a na tensão entre a crítica ao cânone estabelecido e a construção de novos clássicos. A análise desenvolvida ao longo do texto permite afirmar que trata-se, antes, de um processo relacional e disputado, no qual a entrada de Du Bois no cânone reconfigura os próprios termos, critérios, hierarquias que historicamente definiram o que conta como teoria social.

Em nível mais abstrato, o que o caso de Du Bois evidencia é que o cânone da teoria social nunca foi um inventário neutro de contribuições intelectuais, mas uma formação histórica moldada por relações de poder, institucionalização acadêmica e narrativas de legitimação que privilegiaram determinados sujeitos e tradições em detrimento de outros. A canonização contemporânea de Du Bois, sustentada simultaneamente por argumentos intelectuais e por ações institucionais concretas, remete-nos a reconhecer que categorias como raça, colonialismo e trabalho não livre são estruturantes da modernidade e do capitalismo.

O presente estudo pretende contribuir com a discussão epistemológica sobre os critérios de consagração de clássicos e na reconstrução histórico-institucional da marginalização de Du Bois. Nesse sentido, este estudo busca contribuir para que a incorporação de Du Bois à teoria social siga sendo tratada como processo aberto, renovando tanto a leitura dos clássicos já estabelecidos quanto a compreensão das próprias ciências sociais brasileiras acerca de suas hierarquias de reconhecimento.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Jeffrey C. **A importância dos clássicos**. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan H. (org.). Teoria social hoje. Tradução de Gilson César Cardoso de Sousa. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

BHAMBRA, Gurinder; GEBRIAL, Dalia; NIŞANCIOĞLU, Kerem. **Introduction: Decolonising the University?** In: BHAMBRA, Gurinder; GEBRIAL, Dalia; NIŞANCIOĞLU, Kerem (ed.). Decolonising the university. London: Pluto Press, 2018.

BURAWOY, Michael. **¿Por qué es clásica la teoría clásica? Teorizando el canon y canonizando a Du Bois**. Revista CS, n. 37, p. 253-274, 2022. DOI: <https://doi.org/10.18046/recs.i37.5607>.

DU BOIS, W.E.B. **Reconstrução negra: ensaio para uma história do papel desempenhado pelo povo negro na tentativa de reconstituir a democracia na América, 1860-1880**. Tradução de Murillo Van Der Laan; revisão da tradução de Matheus Gato de Jesus e Sávio Cavalcante. 1. Ed. São Paulo: Boitempo; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2026.

FONER, Eric. **Black Reconstruction: An Introduction**. South Atlantic Quarterly, v.112, n. 3, p. 409-418, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1215/00382876-2146368>.

GATO, Matheus. **Redescobrir W.E.B. Du Bois**. Revista Cult, São Paulo, ano 28, n.314, p. 10-14, 2025.

GATO, Matheus. **W.E.B. Du Bois: made in Brazil**. Afro-Ásia, Salvador, n. 69, p. 518-537, 2024. DOI: <https://doi.org/10.9771/aa.v0i69.63483>.

GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan H. **Introdução**. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan H. (org.). Teoria social hoje. Tradução de Gilson César Cardoso de Sousa. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

HAMLIN, C. L.; WEISS, R.; BRITO, S. M. **Por uma sociologia polifônica: introduzindo vozes femininas no cânone sociológico**. Sociologias, v. 24, n. 61, p. 26-59, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/125407>.

JOAS, Hans; KNÖBL, Wolfgang. **Teoria social: vinte lições introdutórias**. Tradução de Raquel Weiss. Petrópolis: Vozes, 2017.

MAIA, João M. **Por que precisamos de uma história não eurocêntrica da sociologia: réplica a Carlos Sell**. Revista Brasileira de Sociologia, v. 13, p. 1-16, 2025. DOI: <https://doi.org/10.20336/rbs.1127>.

MEER, Nasar. W.E.B. **Du Bois and modern social theory**. Journal of Classical Sociology, v. 22, n. 4, p. 423-426, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1177/1468795X221105594>.

MEGHJI, Ali; BURAWOY, Michael; GÖÇEK, Fatma Müge; ITZIGSOHN, José; MORRIS, Aldon. **Why now? Thoughts on the Du Boisian revolution**. Sociology Compass, v.18, n.8, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1111/soc4.13264>.

MORRIS, Aldon D. **The Scholar Denied: W.E.B. Du Bois and the Birth of Modern Sociology**. Oakland: University of California Press, 2015.

PASCHEL, Tianna S. **Préfacio à versão brasileira**. In: DU BOIS, W.E.B. O negro da Filadélfia: um estudo social. Organização, tradução e notas de tradução de Cristina Patriota de Moura; apresentação à versão brasileira de Cristina Patriota de Moura. 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

SELL, Carlos E. **A destruição dos clássicos da sociologia: democratização ou homogeneização?** Revista Brasileira de Sociologia, v. 13, e-rbs.1057, 2025. DOI: <https://doi.org/10.20336/rbs.1057>.

SOUZA, Felipe; FONTE, Paulo; CLÍMACO, Thompson. **W.E.B. Du Bois, *Black Reconstruction* e a história social do trabalho no Brasil: uma introdução.** Revista Mundos do Trabalho, Florianópolis, v. 17, p. 1-10, 2025. DOI: <https://doi.org/10.5007/1984-9222.2025.e110065>.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA: Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS: Mariane Joyce Ferreira Saraiva é responsável pela totalidade do artigo, tendo contribuído nas seguintes categorias, de acordo com o protocolo *CRedit*: Conceitualização; Investigação; Metodologia; Análise formal; Redação.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: A autora declara que não há conflito de interesses a mencionar.

DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: Não houve utilização de ferramentas de Inteligência Artificial.

MINIBIOGRAFIAS DOS/DAS AUTORAS DO PAPER

Mariane Joyce Ferreira Saraiva é mestre e doutoranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGCS/UFRN). Seus interesses de pesquisa concentram-se em teoria social, pensamento social e W.E.B. Du Bois.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.